

ESCRavidÃO NO MÉXICO

VELÁSQUEZ, Maria Elisa e CORREA, Ethel (or gs.). *Poblaciones y culturas de origen africano en México*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2005. 454p.

Muito comumente, a sociedade mexicana colonial é vista como uma mescla entre, de um lado, uma maioria indígena e, de outro, uma minoria de origem hispânica que acabaram por se fundir. Esta imagem, bastante difundida entre o público brasileiro, mesmo entre os historiadores, não poderia ser diferente, pois se origina dos próprios estudiosos da história da Nova Espanha, que durante muito tempo estiveram mesmerizados por estes dois pólos importantes que compunham sua sociedade colonial. No entanto, sempre se soube que populações oriundas de diversas partes da África foram levadas para o México escravizadas, embora estivessem, até muito recentemente, alijadas do interesse dos pesquisadores.

O pioneiro e, durante bastante tempo uma das raras vozes a se centrar no estudo das populações de origem africana no México, chamando a atenção para a importância do papel que desempenharam, foi Gonzalo Aguirre Beltrán que, em

1946, publicou *La población negra de México, 1519-1810*. Mas, passados cerca de 50 anos deste estudo seminal, felizmente este panorama começou a se alterar. Em 1997 realizou-se um seminário em Oxaca que reuniu especialistas do México, Estados Unidos e alguns países da América Latina que se debruçaram sobre diversos aspectos das comunidades afro-mestiças na Nova Espanha, antigo nome do México. Em 2005 veio finalmente à luz alguns dos textos então apresentados neste colóquio, acrescidos de outros tantos, que constituiriam um ponto de partida para os estudos sobre a escravidão e as populações africanas e afro-mestiças na história do México. A coletânea aqui resenhada reúne 20 capítulos escritos por estudiosos de diferentes áreas, distribuídos em duas partes: a primeira se refere a análises de caráter teórico, metodológico e historiográfico; a segunda, a estudos de casos específicos, com recortes espaciais e temporais.

O capítulo de Adriana Naveda Chávez-Hita chama a atenção para o papel desempenhado por Aguirre Beltrán para a configuração do campo de estudos afro-mexicanista e seu impacto nessa historiografia. Este capítulo serve como um abre-alas da coletânea. Nos demais, os temas e as abordagens são variados, mas chama atenção a preocupação em estabelecer um diálogo, especialmente com a historiografia dos Estados Unidos, onde as populações africanas e seus descendentes escravizados na América têm recebido muita atenção dos estudiosos. Nesse aspecto, porém, destaca-se a advertência de Colin Palmer sobre a necessidade de dialogar com a historiografia brasileira, país onde os africanos importados atingiram a soma de 4 a 5 milhões, ou a Jamaica, para onde foram levados 700.000; ou o capítulo de Richard e Sally Price, que analisa a cultura material de comunidades de negros fugidos no Suriname, salientando que se algumas das técnicas e dos estilos presentes nos seus artefatos foram herdados da tradição africana, outros foram resultado de criações posteriores, chamando a atenção para que não sejam adotados modelos padronizados de transformação cultural ao se examinar o caso do México.

Outro aspecto importante, destacado por vários capítulos da primeira parte do livro, como o de Maria Guevara Sanginés e o de Nicolas Ngou-

Mvé, é a necessidade de se articular um debate multidisciplinar e de se compreender as experiências vividas pelos escravos na América a partir do entendimento de suas culturas de origem no continente africano, que, ao contrário do que usualmente se pensava, eram diversas e distintas. Segundo este último autor, “ao seguir ignorando a África e os africanos em nossos trabalhos, continuamos, em certa medida, reproduzindo a herança do colonizador espanhol” (p.46). Em sentido inverso, este autor propõe um aporte triangular para os estudos sobre a escravidão no México, isto é, articulando a África, de onde os escravos eram originários; a América, onde vivenciamos a experiência inédita da escravidão moderna; e a Europa, terra dos colonizadores e senhores destes escravos, mas também onde ainda existe grande parte da documentação que possibilita a recriação desse processo histórico. José Arturo Motta Sanchez chama a atenção para a importância da cultura banta, oriunda principalmente de Angola e Congo, de onde era originária a maioria dos escravos que desembarcaram no México

A questão da aplicabilidade dos conceitos de raça, casta e etnia para o estudo da população escrava no México, e do significado de cada um deles, é abordada em vários estudos, como os de Catharine Good Eshelman, Quince Duncan, Omer

Buatu Batubenge. Também se mostra a importância em compreender de que maneira se deu a mestiçagem entre negros e brancos e entre negros e índios, e de como estas mesclas deitaram raízes na cultura mexicana contemporânea, não raro difíceis de serem percebidas pela hegemonia com que se salienta a herança indígena. Nesse aspecto, como destaca Araceli Reynoso Medina, é importante assinalar que estas abordagens devem partir do pressuposto de que os africanos foram protagonistas, e não vítimas, da história cultural, social e econômica das localidades mexicanas em que estiveram presentes. Norma Angélica Castillo aponta como a forma de se fazerem os registros de batismo das populações mestiças contribuiu para rapidamente apagar a origem negra de seus antepassados, perpetuando apenas a confluência do sangue índio e branco, mistura mais valorizada. Esta e outras armadilhas presentes na documentação contribuíram para apagar a importância do elemento negro na composição da sociedade e da cultura mexicanas, exigindo do pesquisador uma leitura a contrapelo da documentação.

A questão de gênero é outra que se evidencia em diversos capítulos. Luz Alejandra Cárdenas S. chama atenção para a necessidade de escrever a história dos africanos e seus descendentes no México a partir de uma perspectiva feminina, e Maria Elisa Velázquez

Gutiérrez acentua o fato de que as mulheres foram um terço dos africanos que ali aportaram como escravos. Ao mesmo tempo em que elas foram importantes para fixar as populações escravas nos centros mineradores, não raro sobre elas constituiu-se um discurso misógino e excludente. A mesma autora apresenta um estudo sobre o papel das amas de leite, cozinheiras e vendedoras na cidade do México.

O que parece ser evidente do balanço de todos os estudos é que não se pode mais ignorar a presença da população de origem africana no México. Não se pode também dissociar sua presença do estudo da escravidão. Segundo Brígida von Mentz e Blanca Lara Tenório, africanos foram levados a Nova Espanha ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, sendo que a maioria aportou na primeira centúria, empregados especialmente na mineração, mas também na agricultura açucareira, tanto para substituir quanto para complementar a mão de obra indígena. Muitos deles, especialmente as mulheres, alcançaram a liberdade, empregando-se, por exemplo, no comércio de comestíveis, e chegaram a experimentar algumas formas de ascensão social, revelando as múltiplas possibilidades abertas para aquele(a)s que deixavam o mundo da escravidão, histórias de vida começam agora a serem reveladas.

Júnia Ferreira Furtado

Universidade Federal de Minas Gerais